-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 21

Os atos administrativos que provêm da manifestação de vontade privativa dos chefes do Poder Executivo, resultantes de competência administrativa específica, e que dão curso à fiel execução das leis são denominados

A circulares.
B portarias.
C resoluções.
D ofícios.
E decretos.

Questão 22

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), assinale a opção correta.

A As penalidades previstas na referida lei não se estendem, em qualquer hipótese, aos herdeiros do infrator.
B Dada a natureza sancionatória dessa lei, são restritivos o alcance e a definição dos agentes públicos sujeitos às cominações da norma.
C É permitida a celebração de acordo de não persecução cível nas ações principais de improbidade.
D A efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público é requisito para a imposição de todas as penalidades previstas na norma.
E A imposição de penalidade com base na Lei de Improbidade impede a decretação de outras penas de natureza administrativa.

Questão 23

Assinale a opção que, à luz da Lei n.º 8.112/1990, apresenta forma de provimento pela qual, atendidos os requisitos legais, o servidor aposentado poderá retornar à atividade, tanto no interesse da administração quanto por insubsistência dos motivos que levaram à aposentadoria por invalidez.

A reintegração
B reversão
C readaptação
D aproveitamento
E recondução

Questão 24

Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta do Estado, criadas por autorização legal, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico, constituem

A sociedades de economia mista.
B autarquias.
C fundações públicas.
D órgãos.
E empresas públicas.

Questão 25

Com relação à Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

A É exigida pela norma, de forma taxativa, a forma pela qual se darão os processos administrativos.
B Em razão do princípio da separação de poderes, a referida norma aplica-se apenas aos processos sob a responsabilidade do Poder Executivo.
C É vedado o início de ofício do processo administrativo.
D Ainda que permitida a delegação, esta não poderá ser efetivada para a edição de atos de caráter normativo.
E Às pessoas jurídicas não foi conferida legitimidade para darem início ao processo administrativo.

Questão 26

Assinale a opção que representa atribuição do Congresso Nacional para a qual não é exigida sanção do presidente da República.

A concessão de anistia
B organização administrativa e judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública da União
C criação e extinção de órgãos da administração pública
D desmembramento de áreas de territórios federais ou estados
E sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar

Questão 27

Uma norma constitucional de aplicabilidade direta, integral, imediata e não restringível, que observa o prazo de noventa dias para entrar em vigor, é classificada como norma

A de eficácia plena.
B de eficácia limitada.
C de eficácia complementável.
D de eficácia contida.
E programática.

Questão 28

Segundo a CF, o Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar, originariamente,

A a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
B o mandado de injunção, quando a norma regulamentadora for atribuição dos tribunais de justiça dos estados.
C os membros dos tribunais de justiça dos estados em infrações penais comuns.
D os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e demais tribunais.
E o *habeas corpus* em que figurem como pacientes procuradores-gerais de justiça dos estados.

Questão 29

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

A Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.
B As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.
C No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.
D Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.
E Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

Questão 30

Assinale a opção que, segundo a CF, apresenta função pública passível de ser assumida por indivíduo brasileiro naturalizado de 32 anos de idade.

A ministro do Supremo Tribunal Federal
B presidente da Câmara dos Deputados
C governador de estado
D oficial das Forças Armadas
E senador da República

Questão 31

De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, a transferência de ativos que pertencem ao patrimônio próprio de pessoa natural para pessoa jurídica da qual o alienante é sócio majoritário, sem que haja qualquer contraprestação por parte da sociedade empresária, caracteriza

A ato que, embora ilícito, não permite a desconsideração da personalidade jurídica por falta de previsão legal.
B desvio de finalidade e permite a desconsideração direta da personalidade jurídica.
C desvio de finalidade e permite a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
D confusão patrimonial e permite a desconsideração direta da personalidade jurídica.
E confusão patrimonial e permite a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Questão 32

No caso de solidariedade ativa, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores

A imediatamente favorece também os cocredores, seja qual for a modalidade da obrigação.
B favorece exclusivamente eventual cocredor incapaz, independentemente da modalidade da obrigação.
C depende da concordância do devedor, seja qual for a modalidade da obrigação, para beneficiar outros credores.
D somente beneficia outros credores se a obrigação for indivisível.
E apenas nas obrigações de fazer e não fazer pode beneficiar outros credores.

Questão 33

Em razão da presença de vício que a doutrina classifica como social, o negócio jurídico será anulável, caso se constate a presença de

A objeto ilícito.
B coação entre seus celebrantes.
C fraude contra credores.
D estado de perigo.
E simulação.

Questão 34

Entre as diversas formas de classificação dos contratos, o contrato de troca ou permuta, por meio do qual dois indivíduos se obrigam, de forma recíproca, a entregar coisa diferente de dinheiro, pode ser classificado como

A informal, gratuito e sinalagmático.
B oneroso, atípico e unilateral.
C atípico, informal e unilateral.
D gratuito, típico e consensual.
E sinalagmático, oneroso e consensual.

Questão 35

A respeito da eficácia da lei no espaço, da capacidade da pessoa natural, dos contratos e da prova do fato jurídico, julgue os itens a seguir.

I De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e a capacidade do estrangeiro domiciliado no Brasil são aquelas vigentes no local de seu nascimento.
II São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil todos aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
III A recusa da parte em se submeter à perícia médica determinada pelo magistrado pode ser utilizada para suprir a prova que se desejava produzir com o exame.
IV Os contratos de natureza privada são informados pelo princípio da intervenção estatal mínima e pelo caráter excepcional de sua revisão contratual.

Estão certos apenas os itens

A I e II.
B II e III.
C III e IV.
D I, II e IV.
E I, III e IV.

Questão 36

No que concerne às regras processuais que disciplinam a cooperação jurídica internacional, o Código de Processo Civil (CPC) determina que

A não se exige previsão em tratado ou reciprocidade manifestada por acordo pela via diplomática, para homologação de sentença estrangeira.
B o Ministério Público deve exercer o papel de autoridade central tanto nos casos de sua competência quanto nas hipóteses em que não haja designação específica para essa função.
C o princípio da publicidade processual pode ser excepcionado somente nas situações de sigilo previstas em nosso ordenamento jurídico.
D o auxílio direto deve ser ajuizado na justiça estadual se a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira submetida a juízo de deliberação no Brasil.
E na concessão do *exequatur* à carta rogatória passiva, procedimento que se desenvolve perante o Supremo Tribunal Federal, é vedada a revisão do mérito da decisão estrangeira.

Questão 37

Assinale a opção em que ambos os institutos processuais, tratados como recursos pelo CPC, podem ser utilizados para impugnar decisão interlocutória proferida em primeiro grau pelo magistrado.

A apelação e embargos de declaração
B recurso especial e mandado de segurança
C agravo de instrumento e agravo interno
D agravo retido e ação rescisória
E recurso ordinário e embargos de divergência

Questão 38

Julgue os seguintes itens, no que se refere a regras de competência para a atividade jurisdicional cível.

I O foro do local do imóvel possui competência territorial absoluta para julgar ação de reintegração de posse.
II Os atos decisórios praticados pelo juízo absolutamente incompetente são nulos de pleno direito e, portanto, impreterivelmente ineficazes.
III A execução de título extrajudicial pode ser ajuizada no foro do local em que foi praticado o ato ou ocorreu o fato que deu origem ao título, independentemente de o executado não mais residir nessa localidade.
IV O juízo em que foi prolatada sentença de mérito terá competência funcional exclusiva para processar o cumprimento provisório ou definitivo da referida decisão.

De acordo com o CPC, estão certos apenas os itens

A I e III.
B II e III.
C II e IV.
D I, II e IV.
E I, III e IV.

Questão 39

Em razão de demora injustificada de magistrado em praticar ato decisório em ação judicial de acordo com prazo determinado pela lei processual, foi apresentada representação, pela parte interessada, ao corregedor do tribunal. Após manifestação prévia do juiz representado, foi instaurado, pelo órgão competente, procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, oportunidade em que, apesar de intimado eletronicamente para se manifestar, o juiz ficou inerte. Posteriormente, foi determinado que o magistrado praticasse, no processo judicial, em até dez dias, o ato que a ele foi incumbido. Em razão de nova inércia do juiz, os autos do processo judicial foram remetidos ao seu substituto legal para prolação de decisão.

De acordo com a situação apresentada, é correto afirmar que

A o encaminhamento do processo para o substituto legal do magistrado é medida legítima que possui previsão no CPC.
B o procedimento instaurado para apuração de responsabilidade é nulo porque os prazos do magistrado, em processo judicial, são impróprios.
C o encaminhamento ao corregedor do tribunal foi equivocado porque, de acordo com o CPC, estamos diante de hipótese de competência exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.
D embora possível a instauração de procedimento administrativo, ocorreu nulidade no momento em que foi feita a intimação do juiz na forma eletrônica, pois a lei veda essa modalidade de comunicação nessa hipótese.
E a prática de ato judicial não pode ser determinada ao juiz, sob pena de nulidade, no processo judicial, por violação ao devido processo legal.

Questão 40

Conforme expressamente previsto no CPC, a regra processual que permite a concessão de tutela provisória em caráter antecedente se aplica à tutela

A da evidência, de natureza cautelar ou antecipada.
B da evidência, somente quando for cautelar.
C de urgência, de natureza cautelar ou antecipada.
D da evidência ou de urgência, em qualquer de suas modalidades.
E de urgência, somente quando for antecipada.

Questão 41

Paulo ajuizou, pelo procedimento comum, ação de cobrança contra seu devedor Renato, tendo indicado, na petição inicial, que não possuía interesse na realização de composição consensual do conflito. Ao receber a petição inicial, o juiz designou a citação do réu para comparecer à audiência de conciliação, mas, antes da realização da referida audiência, Renato peticionou ao juízo informando não possuir também interesse na solução consensual, além de requerer o cancelamento da audiência.

Nessa hipótese, considerando que estamos diante de tutela de direito que admite a autocomposição, de acordo com as regras procedimentais estabelecidas no CPC, é correto afirmar que

A o réu possui o ônus de apresentar sua contestação até o momento em que pede o cancelamento da audiência de conciliação, sob pena de preclusão e incidência dos efeitos da revelia.
B o juiz deve manter a audiência e advertir as partes que a ausência injustificada ao compromisso designado acarretará a imposição de multa.
C as partes continuam com o dever de comparecer à audiência, sob pena de extinção do processo ou caracterização de revelia.
D houve equívoco na designação de audiência de conciliação porque o desinteresse manifestado pelo autor na petição inicial já seria, por si só, suficiente para que a audiência não fosse realizada.
E o termo inicial do prazo que o réu possui para oferecer contestação inicia-se na data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação.

Questão 42

Coação moral irresistível é causa de

A exclusão de antijuricidade.
B exclusão da punibilidade.
C diminuição da pena.
D exclusão da culpabilidade.
E exclusão da tipicidade.

Questão 43

A pena de reclusão

A pode ser cumprida inicialmente em regime aberto.
B inicia-se obrigatoriamente em regime fechado.
C deve ser cumprida em estabelecimento de segurança máxima ou média.
D pode ser aplicada em razão da prática de contravenção penal.
E propicia a aplicação do regime de tratamento ambulatorial no caso de imposição de medida de segurança.

Questão 44

Em matéria de ação penal, é correto afirmar que a renúncia

A é instituto extintivo de culpabilidade do agente.
B alcança, no caso de concurso de agentes, apenas o agente expressamente indicado pelo querelante.
C é exercida pelo ofendido após o ajuizamento da ação penal.
D impede a apresentação de queixa-crime na ação penal privada, mesmo que de forma tácita.
E somente é cabível na ação penal privada.

Questão 45

A lei penal temporária

- **A** será aplicada nos crimes permanentes mesmo que, cessada a permanência delituosa, outra lei já esteja em vigor.
- **B** é aplicada a fatos ocorridos na sua vigência, desde que sejam julgados definitivamente nesse período.
- **C** é elaborada para vigorar em períodos anormais, e sua vigência não tem duração determinada.
- **D** deve ser revogada expressamente por outra lei posterior para que cesse a sua vigência.
- **E** inclui o fator temporal como pressuposto da ilicitude punível.

Questão 46

A prescrição

- **A** atinge diretamente o direito de ação.
- **B** atinge o direito de prosseguir na ação penal.
- **C** somente ocorre após o início da ação penal.
- **D** pode ocorrer tanto nas ações penais públicas quanto nas ações penais privadas.
- **E** somente ocorre nos crimes de ação penal privada e condicionada à representação.

Questão 47

Quanto ao crime tipificado como tráfico de influência, assinale a opção correta.

- **A** Recaindo a influência sobre um magistrado ou funcionário da justiça, não se configura o delito em questão.
- **B** Somente o funcionário público pode figurar como sujeito ativo, ressalvando-se as hipóteses de participação.
- **C** Aquele que paga pela mediação do agente para influenciar responde pelo mesmo crime em coautoria.
- **D** É relevante para o tipo penal a capacidade para influenciar no ato a ser praticado.
- **E** A influência prometida pode ser sobre ato de funcionário público no exercício da função ou sobre ato de particular.

Questão 48

O conceito de funcionário público, para fins penais,

- **A** não alcança administrador de hospital credenciado para a prestação de serviços para o Sistema Único de Saúde.
- **B** não alcança os titulares de cartório não abrangidos pelo regime estatutário.
- **C** não alcança o depositário judicial nomeado como auxiliar do juízo para a guarda e conservação de bens penhorados.
- **D** não alcança quem trabalha em função pública, sem remuneração.
- **E** não alcança quem trabalha em cargo em comissão de empresa pública.

Questão 49

O princípio penal da alteridade expressa

- **A** que ninguém responderá por um resultado absolutamente imprevisível se o seu comportamento não for motivado por dolo ou culpa.
- **B** a vedação constitucional da tortura e de tratamento desumano ou degradante.
- **C** a proibição da intervenção penal à conduta puramente subjetiva do agente, sem a efetiva lesão ao bem jurídico.
- **D** que nem toda ofensa ao bem jurídico protegido tipicamente é suficiente para configurar o injusto típico.
- **E** que o comportamento que se adéqua a determinada descrição típica formal, mas materialmente irrelevante, sendo socialmente permitido, não se reveste de tipicidade.

Questão 50

Configura crime de falsificação de documento público a conduta do agente que falsamente altere

- **A** notas fiscais.
- **B** testamento particular.
- **C** cartão de débito bancário expedido por autarquia federal.
- **D** contrato social de empresa privada.
- **E** fotocópia de carteira de identidade sem autenticação.

Questão 51

Nos termos da legislação vigente, o *sursis* processual é a suspensão

- **A** do processo, por questão incidental suscitada em juízo.
- **B** condicional da pena.
- **C** condicional do processo, após a prolação da sentença condenatória.
- **D** condicional do processo, a partir do oferecimento da denúncia.
- **E** condicional do processo, a partir do recebimento da denúncia.

Questão 52

A competência para aplicação de lei mais benéfica ao réu, quando transitada em julgado a sentença condenatória, será

- **A** do juízo das execuções penais.
- **B** do juiz de primeiro grau que proferiu a sentença.
- **C** do tribunal de justiça, em sede de revisão criminal.
- **D** dos tribunais superiores, em caso de competência originária.
- **E** do tribunal do júri, nos crimes dolosos contra a vida.

Questão 53

Em relação à sentença de pronúncia, assinale a opção correta.

- **A** A intimação da sentença ao defensor constituído pelo réu deverá ser feita pessoalmente.
- **B** Da decisão que pronuncia o réu, cabe recurso de apelação.
- **C** A pronúncia constitui causa interruptiva de prescrição.
- **D** Na ausência do réu solto, é vedada a sua intimação por edital, ocorrendo a denominada crise de instância.
- **E** Uma vez preclusa a sentença, é vedada a alteração da classificação do crime.

Questão 54

No âmbito do processo penal, aplica-se a deserção do recurso

- **A** em toda e qualquer ação penal.
- **B** apenas para a interposição de apelação, tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada.
- **C** apenas na ação penal privada subsidiária da pública.
- **D** apenas em relação ao querelante na ação penal privada exclusiva, salvo se beneficiário da justiça gratuita.
- **E** apenas nas ações penais públicas condicionadas e nas ações privadas.

Questão 55

Nos termos da Lei de Execução Penal, classifica-se como incidente de execução a

- **A** conversão da pena de multa em detenção.
- **B** suspensão condicional da pena.
- **C** remição.
- **D** instauração de procedimento disciplinar para a aplicação de sanção por falta cometida no decorrer do cumprimento da pena.
- **E** conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade.

Questão 56

Ao assistente do Ministério Público, não é cabível

Ⓐ participar dos debates orais.
Ⓑ propor meios de prova.
Ⓒ aditar o libelo.
Ⓓ aditar a denúncia.
Ⓔ arrazoar os recursos interpostos pelo promotor de justiça.

Questão 57

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, os atos de comunicação processual serão cumpridos por oficial de justiça avaliador quando

Ⓐ o diligenciado for pessoa de direito privado.
Ⓑ o autor requerer, sem necessidade de justificativa.
Ⓒ o diligenciado for pessoa capaz.
Ⓓ tratar-se de carta rogatória.
Ⓔ tratar-se de carta de ordem.

Questão 58

Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito das rotinas aplicáveis às serventias das varas com competência em infância e juventude, a execução de medida

Ⓐ socioeducativa ocorrerá nos autos do processo de conhecimento.
Ⓑ protetiva não pode ocorrer por carta precatória.
Ⓒ socioeducativa não pode ocorrer por carta precatória.
Ⓓ socioeducativa independe de guia de execução.
Ⓔ socioeducativa independe de autos próprios.

Questão 59

Conforme o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito dos juizados especiais cíveis e criminais, os conciliadores

Ⓐ poderão ser serventuários, independentemente de autorização.
Ⓑ iniciarão a audiência se houver advogado presente.
Ⓒ não terão livre acesso à serventia.
Ⓓ presidirão as audiências de conciliação e preliminar.
Ⓔ atuarão como advogado dativo se a parte solicitar.

Questão 60

Suponha que o Estado do Rio de Janeiro tenha sido condenado em ação no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 12.153/2009, após o trânsito em julgado, o cumprimento da decisão, nas obrigações de

Ⓐ não fazer, ocorrerá mediante requisição judicial, sob pena de sequestro de numerário.
Ⓑ pagar quantia certa, ocorrerá mediante precatório, independentemente do valor.
Ⓒ fazer, ocorrerá mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa.
Ⓓ pagar quantia certa, ocorrerá mediante ofício do juiz ao órgão da fazenda pública.
Ⓔ entrega de coisa certa, ocorrerá mediante requisição judicial.

Espaço livre